



BOLETIM 122

Brasília, 13 de maio de 2016

No primeiro trimestre, produção industrial em SP desaba 13,6%

No período, de 15 locais pesquisados pelo IBGE, 12 apresentaram resultados negativos, cinco deles acima da média nacional (-11,%)

No acumulado de janeiro a março, a produção industrial nacional caiu 11,7%, ante o mesmo período do ano passado. Vale destacar a queda de 13,6% no maior parque fabril, o Estado de São Paulo. No segundo estado mais industrializado, o Rio de Janeiro, a retração foi de 10,0%. Minas Gerais, -13,2%, segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na terça-feira (10).

Nessa base de comparação, em 15 locais pesquisados pelo IBGE, 12 apresentaram resultados negativos. Outras expressivas quedas ocorreram em Pernambuco (-27,0%), Espírito Santo (-22,4%) e Amazonas (-22,1%).

Assinalaram os avanços no índice acumulado no ano os estados do Pará (10,8%), Mato Grosso (6,6%) e Bahia (3,8%).

Segundo a pesquisa do IBGE, 14 ramos pesquisados tiveram queda superior à queda da indústria geral (-11,7%). A maior queda foi registrada no setor de Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos: -34,7%. Outros recuos significativos ocorreram em Veículos automotores, reboques e carrocerias (-

27,8%), Máquinas e equipamentos (-23,7%), Outros equipamentos de transportes (-23,6%) e Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-20,5%).

No indicador acumulado nos últimos 12 meses, “com o recuo de 9,7% em março de 2016 para o total da indústria nacional, assinalou a perda mais intensa desde outubro de 2009 (-10,3%) e manteve a trajetória descendente iniciada em março de 2014 (2,1%). Em termos regionais, 13 dos 15 locais pesquisados mostraram taxas negativas em março de 2016”, com forme o IBGE. “As principais reduções de ritmo entre fevereiro e março foram registradas por Espírito Santo (de -2,6% para -5,8%), Pernambuco (de -10,1% para -12,1%), Goiás (de -0,9% para -2,4%) e São Paulo (de -12,0% para -12,8%)”.

A queda na produção industrial foi um dos principais fatores para recessão que o país, com retração de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, que deverá repetir também este ano.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Presidente interino pede diálogo e aposta na economia

Em seu primeiro pronunciamento depois de assumir interinamente a Presidência da República, Michel Temer disse que o seu governo terá pela frente uma agenda legislativa intensa, o que demandará diálogo e uma base parlamentar sólida no Congresso Nacional.

“Executivo e Legislativo precisam trabalhar com harmonia e de uma forma integrada”, disse o



presidente em exercício. “Vamos precisar muito da governabilidade.”

As afirmações foram feitas nesta quinta-feira (12), durante a posse dos novos ministros, no Palácio do Planalto. Temer assumiu a Presidência no fim da manhã, quando foi notificado pelo primeiro-secretário do Senado, senador Vicentinho Alves (PR-TO), do afastamento de Dilma Rousseff com a abertura do processo de impeachment no Senado.

Governo de coalizão - A preocupação com a formação de um governo de coalizão com forte presença no Congresso levou o presidente interino a indicar dez deputados federais como ministros. Foram contemplados com cargo ministerial deputados do PMDB, PSDB, PPS, DEM, PP, PTB, PR, PV e PSB. Outras três pastas serão ocupadas por senadores do PSDB, PP e PMDB, partido do presidente. Também estão na lista quatro ex-deputados.

Os novos ministros deverão ajudar o presidente interino a coordenar a agenda legislativa no Congresso. Temer defendeu a revisão do pacto federativo, assunto que foi discutido pela Câmara durante todo o ano passado, e, falando da Previdência Social, afirmou que eventuais reformas não vão afetar os direitos adquiridos do cidadão.

Economia - O presidente interino disse que o momento “é de grande dificuldade” e afirmou que o objetivo do seu governo é estancar a queda da atividade econômica. Para isso, ele elencou algumas prioridades, como o reequilíbrio das contas públicas e a melhoria do ambiente de negócios. Com um discurso voltado ao mercado, Temer afirmou que o governo interino dará mais espaço para a iniciativa privada na área econômica.

“Ao Estado compete cuidar da segurança, da saúde, da educação. Ou seja, dos espaços e setores fundamentais que não podem sair da órbita pública. O restante terá que ser compartilhado com a iniciativa privada, aqui entendida como uma conjugação entre trabalhadores e empresários”, afirmou.

Temer pediu ajuda aos novos ministros para abrir o diálogo com os diversos setores sociais para “pacificar” o País e afirmou que manterá programas sociais como o Bolsa Família, o Pronatec (ensino profissionalizante) e o Minha Casa, Minha Vida (habitacional). “Foram projetos que deram certo e terão suas gestões aprimoradas”, afirmou.

Na manhã desta sexta-feira (12), o presidente em exercício fará a primeira reunião ministerial.

Ministros - Ao assumir a Presidência da República na tarde dessa quinta-feira, 12/5, o presidente Michel Temer deu posse aos 24 ministros de Estado que comporão o seu governo.

Houve redução de oito ministérios em relação ao governo da Presidente Dilma Rousseff, afastada do cargo por até 180 dias para responder a processo de impeachment no Congresso Nacional.

Posse dos suplentes - Os dez deputados que tomaram posse em ministérios serão substituídos pelos suplentes. A Secretaria-Geral da Mesa da Câmara expedirá a convocação dos suplentes tão logo seja notificada pelos parlamentares que foram para o Executivo.

Fonte: Agência Câmara



Nota - Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), por questão de princípios, não é vinculada a nenhum partido político e suas decisões não são influenciadas por pressões externas de qualquer natureza.

Defendemos a unicidade sindical, o desenvolvimento com justiça social e a unidade do Movimento Sindical contra retrocessos e retirada de direitos trabalhistas e sociais.

Nesta nova realidade, continuamos firmes na luta para manter e ampliar as conquistas trabalhistas, previdenciárias, pela igualdade de

direitos entre homens e mulheres, pelo fim do trabalho escravo e por políticas públicas que criem mais e melhores empregos.

Toda proposta com viés retrógrado como: Flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Liberação geral da Terceirização; Fim da política de valorização do Salário Mínimo; Prevalência do Negociado sobre o Legislado e Alteração das regras na aposentadoria, dentre outros projetos prejudiciais aos trabalhadores que tramitem no Congresso Nacional, será prontamente rechaçada pela Nova Central.

Esperamos que o atual governo promova projetos que visem a Justiça Social com respeito e ao Estado Democrático de Direito, representado pela força da sociedade e dos trabalhadores.

A Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, de forma autônoma e independente, se dispõe a contribuir na construção de um Brasil melhor e em benefício do seu povo.

JOSÉ CALIXTO RAMOS

Presidente Nacional da Nova Central

Fonte: NCST

Comissão debaterá retomada do crescimento e geração de renda

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove audiência pública interativa na segunda-feira (16) para debater a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

Para o debate foram convidados o presidente da Nova Central Sindical dos



Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos; o presidente do Clube de Engenharia de Brasília (CenB), João Carlos Pimenta; o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso Dias Cardoso; e o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio.

Também foram convidados representantes da Fundação Abrinq, da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), da Força Sindical, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

A audiência foi solicitada pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). O debate pode ser acompanhado pelo portal e-Cidadania e pelo Alô, Senado. A reunião inicia às 9h na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Fonte: Agência Senado

Novo ministro do Trabalho acredita que desemprego será revertido até 2016

O novo ministro do Trabalho, deputado federal Ronaldo Nogueira (PTB-RS) *(foto)*, disse após a posse no Palácio do Planalto, acreditar que o desemprego será revertido até o fim do ano, mas



não detalhou como isso será feito. “Precisamos acreditar no potencial do Brasil e do seu povo”.

A taxa de desocupação atingiu, no primeiro trimestre deste ano, 10,9%, e a população desocupada chegou a 11,1 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta é a maior taxa de desemprego da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) iniciada em 2012.

Perguntado sobre as críticas de movimentos sociais de que direitos trabalhistas poderão ser reduzidos pelo governo do presidente interino Michel Temer, Nogueira afirmou que o discurso do presidente interino Temer durante a posse mostra o contrário, que haverá preservação dos programas sociais e dos direitos.

“Os movimentos sociais têm direito de externar suas preocupações. Mas acredito que a fala do presidente Michel Temer vem na direção de tranquilizar os movimentos sociais, porque todos os programas serão mantidos. Em nenhum momento, o presidente disse que vai cortar direitos, os direitos serão preservados. Mas a modernização é fundamental para que haja estabilidade no mercado.

Fonte: Agência Brasil



Lei proíbe trabalho de gestantes em atividade perigosa

As mulheres grávidas ou que estejam amamentando serão temporariamente afastadas de locais insalubres de trabalho. É o que estabelece a Lei 13.287/2016, publicada nesta quarta-feira (11) no Diário Oficial da União. O trecho que garantia o pagamento integral do salário incluindo o adicional de insalubridade foi vetado.

A lei é originária do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 76/2014, aprovado em abril pelo Plenário do Senado. Já está valendo desde a publicação.

A lei garante à trabalhadora gestante ou lactante o exercício de suas funções em local saudável durante esse período em especial. Mas foi vetada a manutenção do salário integral incluindo os adicionais de insalubridade, depois de ouvidos os Ministérios da Fazenda e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

De acordo com as razões do veto, a manutenção do salário tem mérito, mas o texto da lei estava ambíguo e poderia prejudicar a trabalhadora. Isso porque o tempo da lactação pode se estender além do período de estabilidade no emprego após o parto, e o custo adicional para o empregador poderia levá-lo à demissão da trabalhadora após o término da estabilidade pela gravidez.

Senado - Antes da análise no Plenário, o projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. A relatora ad hoc na comissão, senadora Ana Amélia (PP-RS), reforçou que é imprescindível não penitenciar a gestante e lactante em razão da maternidade. O relator original da proposta foi o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). No relatório, ele defendeu a continuidade do pagamento do adicional de insalubridade. Segundo ele, “o comprometimento da renda da trabalhadora poderia fazer com que ela buscasse formas de evitar tal afastamento, ainda que expondo a risco sua saúde e a de seu bebê”.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)